

Reajuste do mínimo

SEM GANHO REAL

Governo quer aplicar só a inflação na correção do piso. Economia seria de R\$ 7,6 bi em 2020

MANOEL VENTURA

A equipe econômica vai propor que o reajuste do salário mínimo seja feito sem ganho real para os trabalhadores. Segundo técnicos do governo, a opção será estabelecer apenas a inflação como parâmetro para a correção do piso nacional em 2020, o que ajuda a controlar as contas públicas. O impacto positivo no próximo ano pode chegar a R\$ 7,6 bilhões, segundo estimativas da área técnica.

Hoje o salário mínimo está em R\$ 998. A atual fórmula de cálculo do reajuste foi fixada em 2007 e leva em conta o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes mais a inflação do ano anterior, medida pelo INPC. Isso garantiu, nos momentos de crescimento da economia, que o ganho do salário mínimo superasse a inflação, ajudando a reduzir desigualdades e estimulando o consumo das famílias. A regra, no entanto, também fez aumentar as despesas públicas acima da inflação nos últimos anos, o que contribuiu para a piora do resultado das contas do governo.

O governo precisa colocar a

previsão do reajuste do mínimo no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do próximo ano — que tem que ser apresentado até o dia 15 de abril — porque o piso nacional é referência para o pagamento de benefícios previdenciários, assistenciais e trabalhistas. Mais de 65% dos benefícios pagos pelo INSS em janeiro de 2019 possuíam valor de um salário mínimo, o que representa um contingente de 22,9 milhões de pessoas.

PRESIDENTE VAI DECIDIR

O Ministério da Economia ainda estuda como será a política de reajuste do mínimo nos anos seguintes. A possibilidade mais forte, neste momento, é definir apenas a inflação. Integrantes da equipe de Guedes lembram, por outro lado, que o crescimento do PIB está patinando nos últimos anos e que economia está praticamente estagnada. Isso faz com que o reajuste do mínimo já fique bem próximo da inflação. Por isso, técnicos do governo não descartam manter a regra que estava em vigor até o ano passado. A decisão final será do presidente.

Dados da antiga Fazenda apontam que, se for mantida a regra de reajuste do mínimo nos anos seguintes, a medida poderia gerar uma economia de R\$ 69 bilhões em três anos, a partir de 2020. O alívio

nas contas é explicado pelo fato de a maior parte das aposentadorias do regime geral estar vinculada ao mínimo, assim como os benefícios assistenciais e trabalhistas. O teto do INSS, o Benefício de Prestação Continuada (BPC, pago a idosos pobres e pessoas com deficiência de qualquer idade) e o abono salarial são vinculados e seguem o mínimo.

Por isso, especialistas defendem uma nova regra pela qual o piso nacional só será reajustado tendo como base a variação dos preços medida pelo IBGE. Gabriel Leal de Barros, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado, afirma que a melhor decisão técnica e fiscal é dar apenas a inflação.

— Dar alguma coisa acima da inflação vai comprimir a margem fiscal e pode comprometer o teto de gastos. Hoje, menos de 10% da despesa federal são passíveis de flexibilidade. Quando o governo define uma política de salário mínimo acima da inflação, cria uma inércia de gasto, um crescimento automático que o governo não tem controle. O problema de reajustar acima da inflação é esse — disse Barros.

TEMA DEVE GERAR EMBATES

O economista alerta também que o governo precisará ter muita habilidade política, já que o tema





promete gerar embates na Câmara e no Senado:

— Vai ter que ter muita habilidade política para tocar isso e não congestionar a agenda econômica. O salário mínimo não é uma agenda fácil.

O ex-diretor do Banco Central Carlos Eduardo de Freitas considera que os ganhos de produtividade já são naturalmente incorporados aos

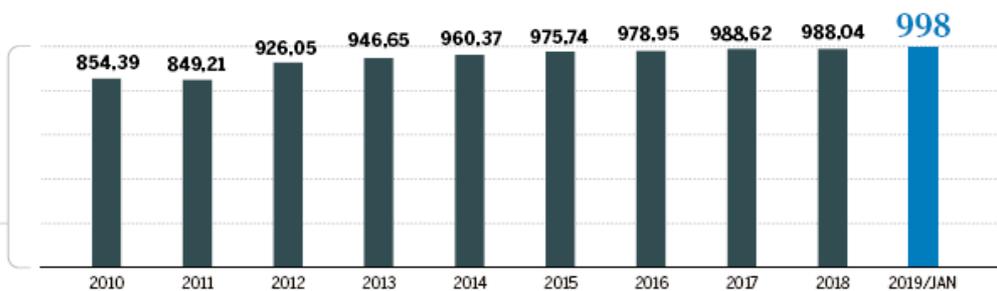
salários dos trabalhadores e que reajustar o mínimo acima da inflação neste momento pode aumentar o desemprego: — Não adianta subir o salário mínimo agora. Se resolver subir, só vai prejudicar esses 13 milhões de pessoas desempregadas. Dizer que há desempregados não é argumento para reajuste, é argumento para ter políticas fiscais adequadas para colocar a economia numa trajetória de recuperação.

EVOLUÇÃO

VALOR REAL DO SALÁRIO MÍNIMO

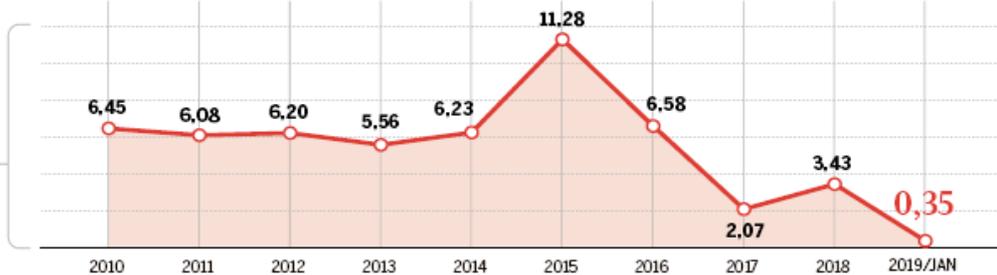
(Trazido a valor de hoje, ele mostra que o poder de compra foi preservado ao longo dos anos)

(EM R\$)



VARIAÇÃO DO ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (INPC)

(EM %)



Fontes: Ministério da Economia, Ipeadata e IBGEFontes



Total de benefícios previdenciários e acidentários do INSS

35 milhões



Total de pessoas do INSS que recebem o mínimo

22,9 milhões
(65,4% do total)



Total de benefícios assistenciais (sempre no valor de um salário mínimo)

4,6 milhões

ECONOMIA ESTIMADA COM O REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO APENAS PELA INFLAÇÃO

Em 2020

R\$ 7,6 bilhões

Em 2021*

R\$ 22,2 bilhões

Em 2022*

R\$ 39,1 bilhões

*Se mantida a regra nos anos seguintes

Editoria de Arte

Bolsonaro, uma obra malparada

VINICIUS TORRES FREIRE

O investimento do governo em obras deve voltar a cair neste 2019, a não ser que aconteça um milagre a partir de meados do ano. Isto é, que a arrecadação federal passe a crescer muito, o que depende de uma reação improvável de forte da economia.

Além de ser mais um preguinho no caixão da recuperação econômica, menos obras são também um problema político adicional.

O governo acaba de anunciar um corte em tese provisório no Orçamento (“contingenciamento”). O talho maior é em investimento, em obras, o que frustra ou irrita parlamentares, governadores, prefeitos, empresários e, claro, o povo.

O governo está se enrolando até com pagamentos mínimos do Minha Casa, Minha Vida. Os empresários estrilam.

Trocando em miúdos, corte em

investimento tem significado menos obras de habitação popular, estradas e educação. Menos obras podem levar a construção civil de volta à recessão.

O investimento no setor pelo menos deixara de cair entre setembro e novembro do ano passado, em termos anuais, fechando 2018 com uma ligeira baixa. Agora, despensa 2,9% (no acumulado de 12 meses até fevereiro, soube-se nesta quinta-feira, 4, pelo Ipea) e 1%, no ano.

No auge recente dos investimentos, em meados de 2012, o governo federal destinava para obras já parcos 7,8% de seu gasto total, o equivalente a R\$ 91,8 bilhões por ano (em termos reais. Não se está levando em conta aqui o pico de gastos de 2014, uma demência insustentável).

Agora, o governo gasta míseros R\$ 53,7 bilhões ao ano, menos de 4% do total da despesa federal.

Desse talho de R\$ 38 bilhões, a

maior parte saiu do Minha Casa, Minha Vida (R\$ 16 bilhões). No segundo lugar do pódio da degola, vêm as despesas de investimento do Ministério da Educação, menos R\$ 8,2 bilhões.

Do que dá para depreender da barafunda das rubricas de despesas, o grosso saiu de obras de infraestrutura de escolas para crianças e jovens, de expansão de universidades e até de de material de transporte escolar (nesse caso, o gasto necessário pode ter sido todo realizado).

A seguir, o ministério que mais perdeu dinheiro foi o dos Transportes (R\$ 5,1 bilhões). Basicamente, foram suspensas obras de construção, conserto e ampliação de estradas e grandes vias expressas metropolitanas.

Curiosamente, aumentou um tico o investimento do Ministério da Saúde. Sintomaticamente, o Orçamento de investimento do Ministério da Defesa, atualmente o





maior, permaneceu com seus valores quase intocados. É gasto em equipamento de guerra, em controle aéreo e de fronteiras e em estatal militar.

A situação poderia ser remediada com investimento privado, por meio de concessões de infraestrutura.

Uma ou outra coisa até sai do papel, mas ainda em ritmo e volume insignificantes. Desde 2016 o governo de Michel Temer prometia um pacote de obras privadas. Não rolou. Não há, por ora, sinal de que a coisa vá deslanchar sob Jair Bolsonaro, pelo menos neste primeiro ano.

Sem investimento em obras pública, feitas pelo governo ou por empresas privadas, a recuperação econômica, se ainda houver uma, continuará esta lerdice revoltante.

Sabemos que do governo não haverá dinheiro direito em obras. Não há outro impulso relevante e imediato à mão, como taxas de juros, aumento de salário, mais emprego ou, menos ainda, comércio exterior.

Outros investimentos privados dependem da redução da incerteza política e econômica, de reforma da Previdência, mas não apenas.

Difícil.

PEC do Orçamento cria novo tipo de despesa que vai dificultar ajuste fiscal

Impositivo. Batizada de "finalística", nova categoria de gasto precisará obrigatoriamente ser paga pelo governo, o que vai na contramão do esforço da União de economizar para conseguir fechar as contas públicas; medidas devem atingir Estados e municípios

Adriana Fernandes Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

A proposta do Orçamento impositivo, aprovada na quarta-feira pelo Senado, criou uma nova categoria de despesas – as finalísticas – que precisarão obrigatoriamente ser pagas pelo governo. Caso o texto seja referendado pelos deputados, presidente, governadores e prefeitos não poderão mais bloquear os gastos, caso as despesas estejam crescendo acima do previsto ou haja frustração com privatizações, por exemplo.

Por isso, a avaliação de especialistas e técnicos do governo federal é de que a proposta vai na direção contrária ao ajuste fiscal – conjunto de medidas que o governo toma para conseguir fechar as contas públicas. A proposta de emenda à Constituição (PEC) dá mais poderes ao Congresso e também às assembleias e câmaras

municipais na execução dos orçamentos.

Parlamentares acreditam que, com a imposição do pagamento de emendas de bancada – aquelas em que deputados e senadores fazem indicações em conjunto de investimentos na região deles –, haveria mais recursos para os governos regionais, algo entre R\$ 3 bilhões e R\$ 4 bilhões. Mas técnicos ouvidos pelo Estado alertaram que eles não perceberam que os orçamentos estaduais e municipais também serão engessados. Para tentar vetar o pagamento das despesas finalísticas, os gestores precisarão dar justificativas, que serão avaliadas pelos órgãos de controle.

A PEC colocou em alerta a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, que vê na aprovação pelo Senado novo erro de articulação da base do governo. A estratégia agora será negociar ajustes na Câmara. Como o Senado fez mudanças, o texto terá de retornar à Câmara para nova votação.

Na visão de especialistas, a proposta aprovada tem três resultados práticos: risco de piora na qualidade dos gastos, mais dificuldade de cumprir o ajuste das

contas públicas e o Congresso terá mais influência sobre a definição do Orçamento – e mais responsabilidade também.

O presidente do Insper, Marcos Lisboa, alertou que a aprovação final da PEC poderia "rasgar", para Estados e municípios, o artigo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que permite ao governo limitar o pagamento de despesas e outras movimentações financeiras quando verifica que as receitas não serão suficientes para cumprir com as despesas fixadas. "Todos estão muito confusos."

Para Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), a aprovação não deve ser encarada como uma catástrofe. Ele reconhece, porém, que o texto vai na direção contrária ao ajuste fiscal. Para ele, a mudança feita pelos senadores, que colocaram uma graduação no aumento das emendas de bancada que precisarão ser obrigatoriamente pagas, diminui o impacto fiscal de R\$ 7,3 bilhões nos próximos três anos – calculado inicialmente pela IFI quando o texto foi aprovado na Câmara. Para ele, a LRF permanece intacta. / COLABOROU BÁRBARA NASCIMENTO